

Debates, projetos e práticas no Ensino de História: educar para a construção da cidadania

Debates, Projects and Practices in Teaching History: Educating for the Construction of Citizenship

Daiana Santiago*

BEZERRA, Danilo Alves; RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos (Orgs.). *Ensino de história: teorias, práticas e novas abordagens*. Volume 3: “Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História”. Recife: Edupe, 2023.

A coletânea *Ensino de História: teorias, práticas e novas abordagens - Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de história*, organizada e publicada em 2023 por Danilo Alves Bezerra da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Felipe Augusto dos Santos da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), faz parte da coleção “Ensino de História: teorias, práticas e novas abordagens” e do projeto organizado pelo Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Os organizadores são professores adjuntos do curso de Licenciatura em História e Mestrado no campus de Parnaíba-PI e possuem experiência não só na orientação de trabalhos acadêmicos, como também na organização de projetos e debates sobre o Ensino de História.

O desafio de ambos consistiu em selecionar vinte e um professores e pesquisadores de História para debaterem de maneira crítica os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História e os conhecimentos historicamente construídos, reconhecendo a necessidade de ensinar a História dos grupos sociais desfavorecidos e desprovidos de visibilidade, seja no livro didático, em sala de aula, em espaços acadêmicos ou não formais da educação e na produção historiográfica.

* Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. sousa_santiago@yahoo.com.br <<https://orcid.org/0000-0001-6516-934X>>

A coletânea demonstra que existe uma pluralidade de estudos, projetos e práticas pedagógicas, que vêm sendo implantadas a fim de dinamizar um ensino de História que inclua e contemple os mais diversos atores, realidades e regionalidades sociais brasileiras nas diferentes etapas da educação básica. Muitos desses trabalhos são resultado de textos gestados em diferentes Programas de Pós-Graduação do ProfHistoria, que em suma visam proporcionar formação continuada e produção do conhecimento para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica.

A obra foi dividida em três seções: Seção I – Educação Patrimonial e Metodologias; Seção II – Patrimônio, Memórias e Experiências Pedagógicas; Seção III – Mundos do Trabalho e Ensino de História.

Nos cinco capítulos reunidos na seção I, prevalecem três assuntos principais: o debate sobre patrimônios culturais e históricos, a discussão sobre o conceito de educação patrimonial e o direito à cidadania e a memória dos sujeitos sociais outrora invisibilizados. São eles: “(Des)Construindo Estátuas”, de Guilherme Felkl Senger, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); “Educação Patrimonial e o museu como espaço de educação não formal nas aulas de História”, de Daniela Felix de Oliveira e Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI); “Patrimônio cultural e ensino de História: Análises e metodologias didáticas à luz da História das mulheres”, de Alcione Aparecida da Silva e Eulália Maria A. de Moraes, Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); “Memórias da fé: Projeto de educação patrimonial a partir dos festejos de Nossa Senhora da Conceição, em Bocaina - PI”, de Marcus Vinicius da Luz Rocha Sousa, Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e “Aqui jaz religiosidade, poder e morte: o espaço cemiterial como recurso didático para o ensino de História”, de Milca Fontenele de Sousa (UESPI).

Essas novas abordagens metodológicas para o ensino de História em relação à temática da educação patrimonial demonstram que os professores têm trabalhado com os discentes no sentido de ressignificar e problematizar os monumentos históricos.

Problematiza-se a maneira como estátuas heroízam determinados personagens brasileiros em detrimento do conjunto cultural diversificado e plural presente no Brasil. Tais abordagens trabalham com a ideia de descolonizar os patrimônios históricos ou o seu contrário equivalente: o esforço em não enges-

sar os estudantes na colonialidade do saber no sentido de privilegiar determinados projetos de poder.

Nessa seção, o leitor compreenderá o contexto histórico da criação de órgãos dedicados ao cuidado e à preservação do patrimônio cultural brasileiro e como este vem sendo reelaborado por diferentes governos ao longo dos séculos XX e XXI. A seção dá ênfase à ampliação do conceito de patrimônio bem como menciona as mudanças na legislação brasileira acerca das políticas patrimoniais e de memória a partir da constituição cidadã de 1988.

Ainda nessa compilação, prevalece o destaque para a pluralidade cultural brasileira, que conecta a educação patrimonial ao amplo cenário cultural nacional e à necessidade de patrimonializar a história das mulheres, valorizar as religiosidades populares e utilizar espaços não convencionais, como os cemiteriais, para a elaboração de projetos museais e educativos. Nesse sentido, os autores demonstram que todos esses temas podem e devem ser utilizados como recurso didático para o ensino de História.

Na seção II do livro, intitulada “Patrimônios, memórias e experiências pedagógicas”, foram reunidos quatro artigos: “Em busca de outras histórias em Campo Mourão - PR: Produção de conhecimentos com as crianças no ensino de História”, de Maíra Wencel Ferreira dos Santos e Cyntia Simioni França (UNESPAR); “Conhecendo a si para valorizar os seus: Uma análise sobre a experiência em educação patrimonial nas escolas públicas de Simões Filho - BA”, de Ana Cláudia de Jesus Lopes Universidade Federal do Recôncavo (UFRB); “A memória institucional como patrimônio do curso de História da UFRN”, de Clivya da Silva Nobre - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e “Ensino de História e História Oral: Educar pelas narrativas”, de Tiago Nilson da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No geral, os pesquisadores argumentam, nessa segunda seção, que seus projetos voltados para o ensino de História buscaram construir rupturas nas práticas educativas, partindo da produção de narrativas visuais, orais e escritas que as crianças conhecem (sua cultura regional e local), “distanciando-se de uma história tradicional, homogênea, sob a ótica dos colonizadores” (p. 138) e se aproximando de uma história pouco estudada nas regiões onde os projetos foram elaborados e executados.

Outro argumento premente da seção consistiu em identificar que os municípios possuem memórias apagadas pelas respectivas historiografias ofi-

ciais das cidades em relação aos patrimônios históricos locais. Nesse sentido, “a educação patrimonial teve uma função educativa, reflexiva e inclusiva, pois, o patrimônio cultural no ensino de História é compreendido como uma relação aberta em processos de diálogo e confronto” (p. 196).

E, por fim, a seção III, “Mundos do trabalho e ensino de História”, conta com quatro capítulos denominados: “O ensino da História Social do Trabalho: visões panorâmicas a partir do currículo”, de Juliana da Silva Barros e Fernando Cauduro Pureza, Universidade Federal da Paraíba (UFPB); “Os trabalhadores e seu patrimônio cultural: ‘Lugares de memória’, identidades e ensino de História” de Juçara Mello (PUC - RJ) e Felipe Ribeiro (UESPI); “O movimento operário brasileiro no livro didático de História: Ensino e narrativas em disputa no Programa Nacional do Livro Didático 2020”, de Isaque de Souza de Oliveira e Geovanni Gomes Cabral, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); e “Ensino de História e mundos do trabalho nas escolas: ‘O Chão de Escola’ como prática de História Pública” de Luciana Pucu Wollmann do Amaral, Secretaria Municipal de Educação de Niterói - RJ, Claudiane Torres da Silva, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, e Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET RJ).

Por meio de simpósios acadêmicos, projetos e experiências didáticas, a história social dos “de baixo” é o tema central da seção III, especialmente entrelaçando o conceito de patrimônio à história social dos trabalhadores que buscam o reconhecimento de seu protagonismo, de suas memórias e das injustiças sofridas nos seus mais variados formatos de trabalho (p. 226). Nessa composição, consideram-se necessárias novas abordagens nos estudos do Mundo do Trabalho.

As novas abordagens fazem crítica ao currículo de História, pois, de acordo com os autores, os livros didáticos cristalizaram uma perspectiva estática em relação ao trabalho e construíram narrativas que silenciam a luta do movimento operário ao excluírem sujeitos (mulheres e negros) que estiveram à frente de muitas manifestações do país por melhores condições de vida. Outro destaque da seção consiste em analisar de maneira crítica os materiais recém-elaborados do (Programa Nacional do Livro Didático PNLD) em relação à história dos trabalhadores brasileiros.

Adiante, constata-se os desafios para se trabalhar a temática da história

social do trabalho considerando-se as reformas educacionais da atualidade tanto na BNCC quanto na normatização do Novo Ensino Médio, e destacam a necessidade de novas epistemologias na História e nas Ciências Sociais, revendo pressupostos, linguagens e abordagens, a fim de dinamizar o ensino de História para uma educação antirracista e uma educação de debates interseccionais classistas, de gênero, raça e etnia, pois esses refletem as atuais lutas dos trabalhadores (p. 274).

Dessa forma, por ser uma obra que engloba pesquisadores-professores de todo país, que estão na ponta de atuação da dupla função pesquisa/ensino de História, a coletânea *Ensino de história: teorias, práticas e novas abordagens “Patrimônio cultural, memórias, identidades e mundos do trabalho no ensino de História”* é leitura fundamental a quem se dedica à missão de ensinar e fomentar projetos educacionais voltados para o Ensino de História (utilizando patrimônios, memórias e oralidades), buscando cumprir as deliberações normativas da legislação nacional sem perder o objetivo principal da função de educar: contribuir para o pensamento crítico dos alunos na construção de sua cidadania.



Resenha submetida em 29 de agosto de 2023.
Aprovada em 16 de janeiro de 2024.